



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Jornal do Dia

Subvenções: MPE apreende documentos da Assomise

O trabalho do Ministério Público Estadual (MPSE) sobre o escândalo das verbas de subvenção da Assembleia Legislativa (Alese) atingiu com mais força a Associação dos Oficiais Militares de Sergipe (Assomise), uma das entidades investigadas sob suspeita de desvio destas verbas. Ontem de manhã, os promotores do Grupo de Combate à Improbidade Administrativa (GCia) cumpriram dois mandados de busca e apreensão expedidos contra dois endereços: a sede da entidade, no conjunto Augusto Franco (zona sul), e a casa de seu presidente, o tenente-coronel Adriano Barboza Reis, no bairro Getúlio Vargas (zona central). Durante cerca de duas horas, vários documentos, computadores e um telefone celular foram recolhidos nos locais, com apoio de policiais civis do Grupo Especial de Repressão e Buscas (Gerb). O material foi levado de caminhonete para a sede do MPSE, no Capucho (zona oeste). A Assomise entrou na lista das investigadas por causa das verbas de R\$ 844 mil repassadas durante o ano passado, por indicação do deputado estadual Capitão Sa-

que também atua no caso, argumenta que, conforme a própria legislação, a entidade não poderia ter acesso a estes recursos, pelo fato de se tratar de uma associação de classe, e não de caráter beneficente ou comunitária. Já os promotores estaduais querem saber qual foi o destino deste dinheiro e se houve algum crime ou irregularidade no uso destes recursos. "Nós detectamos que o volume destinado à associação foi alto e, aparentemente, incompatível com os gastos apresentados por eles", afirma o promotor Jarbas Adelino Júnior, do GCia, ao confirmar que outras medidas cautelares sobre o caso já foram pedidas à Justiça.

Entre os documentos recolhidos, está um livro-caixa que tinha uma etiqueta em sua capa, na qual estava escrito "Verbas de subvenções". Segundo o promotor Henrique Cardoso, coordenador do GCia, os dados registrados no livro, bem como nos documentos e computadores, passarão por uma análise do Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro, ligado à Secretaria da Segurança Pública (SSP). "Nós estamos seguindo o rastro do dinheiro



PROMOTORES E POLICIAIS DEIXAM A SEDE DA ASSOMISE TRANSPORTANDO DOCUMENTOS

o em benefício da obra, vamos tratar da segunda questão: o dinheiro não foi desviado para alguém e ficou em poder dele. Vamos verificar a legalidade ou não do encaminhamento desse recurso que defende interesses de seus associados. Elas são associações de classe e não de interesse público", disse Cardoso. Uma das questões levantadas pelo MPSE está em três saques realizados nas contas

da Assomise durante o ano de 2014, sendo um de R\$ 150 mil e outro de R\$ 200 mil. Estes saques teriam sido feitos por três funcionários da Assomise, mas dois deles já foram demitidos e o terceiro ainda não compareceu ao Ministério Público para dar esclarecimentos. A prestação de contas destas verbas foi requisitada pelo GCia, mas, de acordo com o promotor Bruno Melo Moura, o pedido não

foi atendido por três vezes, o que provocou os ordens de busca cumpridas ontem. "Instauramos procedimentos investigatório criminal para apurar uma suposta prática criminosa pelo major Adriano e requisitamos a ele a prestação de contas das verbas de subvenção do ano de 2014. Ultrapassado o prazo ele não respondeu, pediu delação e nós deferimos. Decidimos tomar essa medida mais drástica

na casa dele e na Assomise para saber o que foi feito para com essa verba", esclareceu Bruno.

Os promotores frisaram também que o deputado Capitão Samuel, ex-dirigente da Assomise, ainda não está entre os investigados, mas, caso isso ocorra, o processo será encaminhado ao procurador-geral de Justiça, Rony Almeida, pois o parlamentar tem foro privilegiado.

► Presidente de associação diz que entregou 100 quilos de documentos

O tenente-coronel Adriano estava em casa durante a ação de busca do Gerb e do promotor Cardoso. Na saída, ele falou com os jornalistas e defendeu a Assomise, negando qualquer irregularidade. Ele se disse "tranquilo" com a operação e garante que está colaborando com as investigações do Ministério Público. "Eu já esperava por essas buscas, porque esse é o modo de trabalho do Ministério Público, que está fazendo a parte dele.

Nós estamos tranquilos, porque já entregamos vários documentos na sede da Promotoria do Terceiro Setor. Se for contar em quilos, acho que já entreguei mais de 100 quilos de documentos", disse o presidente.

Adriano também rebateu o argumento do MP de que a Assomise não poderia receber verbas de subvenção. Para o oficial, existem projetos sociais com crianças carentes que são desenvolvidos pela associação e que estas iniciativas são custeadas com as subvenções da

Alese. "Esse é um entendimento da procuradora federal Eunice Dantas [do MPF] e eu expliquei a ela nos meus depoimentos, que nós patrocinamos desportos, cedemos nosso espaço público às comunidades do Barroão e do Santa Maria, apoiamos o Projeto Amiguinhos da Polícia, do sargento Sandro, e este ano instalei o projeto Brigada Mirim da Assomise, que atende 30 crianças que estão tendo aula neste momento. E também patrocinamos 15 desportistas", finalizou Reis.

No fim da tarde, a associação divulgou uma nota reafirmando que está "tranquila" quanto à investigação do MP e que está disposta a expor "a transparência da gestão corporativa". "Em tempo, reforçamos o inalienável compromisso da atual diretoria por servir aos associados e à comunidade militar com zelo e total responsabilidade. Ao MPE e colegas de corporação que participaram do ato, nossas deferências pela conduta respeitosa no trato dispensado a todos", finaliza o comunicado.